

O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA EM ANGOLA: REFLEXÕES METODOLÓGICAS EM CONTEXTO MULTILÍNGUE

*Eduardo David Ndombele**
*Alexandre António Timbane***

RESUMO: O português é a única língua oficial de Angola, embora havendo mais de vinte línguas do grupo bantu e khoisan convivendo com diversas línguas europeias e asiáticas. Sendo o português a língua obrigatória na educação é necessário refletir sobre como ensinar em contexto multilíngue. A pesquisa debateu caminhos metodológicos que favorecem um ensino de qualidade e que realmente atendam a realidade angolana. É uma pesquisa bibliográfica que busca leituras que debatem questões da variação linguística e a didática do ensino. A pesquisa mostrou como a formação do professor é importante na transmissão de competências visando a qualidade de aprendizagem em português. Dado o contexto em que se processa o ensino e aprendizagem do português em Angola observa-se a ausência de condições infraestruturais para além da falta da interação entre professor, aluno, pais e Ministério da Educação. A existência de turmas com alunos de português como L1 e L2 torna o ensino complexo porque a metodologia e os materiais deveriam ser diferentes. As interferências das línguas africanas no português obrigam uma atualização metodológica constante do professor de português para que possa responder à realidade angolana desafiando a complexidade à variedade angolana do português que é diferente do português de Portugal.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino; Língua portuguesa; Metodologia; Multilinguismo; Angola

Introdução

Angola é um país multilíngue onde coabitam línguas de várias origens: africanas, europeias e asiáticas. As línguas africanas faladas em Angola são de origem bantu e khoisan e são faladas como línguas maternas para a maioria dos angolanos especialmente nas zonas suburbanas e rurais. São línguas dos ritos de passagem, dos ritos de casamento, de evocação dos antepassados e de uso no funcionamento da estrutura tradicional local. A maioria dessas línguas são internacionais porque para além de ser faladas em Angola, também são

* Doutor em Linguística pela Universidade San Lorenzo, Paraguai. Coordenador Adjunto do curso de Mestrado do Instituto Superior de Ciências de Educação do Uige (ISCED/Uige), Angola

** Doutor em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Professor da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), Campus dos Malês, Bahia. Membro do Grupo de pesquisa África-Brasil: Produção de Conhecimento, Sociedade Civil, Desenvolvimento e Cidadania Global.

faladas em vários países que fazem fronteira com Angola. O importante a sublinhar aqui, é que as fronteiras linguísticas são diferentes das fronteiras políticas inventadas pelos colônios europeus na Conferência de Berlim em 1884/1885.

Segundo a Constituição da República de Angola (Art.19), “a língua oficial da República de Angola é o português” e “o Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas de comunicação internacional.” (ANGOLA, 2010, p. 9). Este artigo da Constituição coloca em evidência e em privilégio o português como a única língua oficial colocando as demais línguas africanas (que são majoritária) como as menos privilegiadas. O termo “oficial” significa muito em contextos políticos porque é a língua que é/será o ‘espelho’ da nação. Angola é um país lusófono por causa da língua oficial que adotou. A ideia de ‘nacionalizar’ o português tem seus aspectos positivos quando se fala de um território onde convivem mais de duas dezenas de línguas.

A segunda parte do Art. 19: “Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola” (ANGOLA, 2010) apenas está no papel. O preconceito linguístico e a falta de vontade política para o efeito impedem a efetivação desta parte. A implementação da ‘valorização’ deveria provir do Estado por meio de adoção de política contundentes para o uso real, para o ensino, expansão e proteção desse patrimônio imaterial da humanidade. A multiplicidade de línguas africanas é reflexo da pluralidade étnica. Cada língua está associada a um grupo étnico ao qual o indivíduo pertence (NDOMBELE, 2017). O plurilinguismo não deveria ser problema para os angolanos e para o mundo, mas sim o orgulho pela diversidade que é comum em todas as sociedades.

É importante deixar clara a ideia de que as **línguas nacionais** são definidas pela política linguística, isto é, não é uma noção que parte da vontade do(s) falante(s). A noção ‘nação’¹ não faz sentido para as tradições dos povos bantu e khoisan. Outro elemento importante a tomar em conta é o fato de que a ‘nacionalidade’ de uma língua é imposta aos

¹ Em contexto africano, uma **nação** é o conjunto de grupos étnicos, grupos populacionais delimitados por uma fronteira artificial e geridos politicamente.

cidadãos de um território. Assim, as línguas do grupo bantu e khoisan faladas no território geopolítico chamado Angola são **línguas nacionais** embora não tenham surgido naquele espaço geográfico. A “História Geral de África”² (vol. 3 e 4) demonstram claramente que provavelmente os grupos khoisan sejam os nativos da África Austral, mas os povos bantu teriam vindo da África Central junto com as suas línguas e tradições há milhares de anos tendo se instalado no local hoje conhecido como Angola. Neste grupo de **línguas nacionais** se inclui o **português** por ser uma língua adotada também pela nação e por ser materna de muitos angolanos. Esse ato político faz com que o português não pertença mais ao território geopolítico chamado Portugal. A Constituição da República de Angola (2010), em seu Art. 19 advoga a ‘nacionalidade do português’ por meio da oficialidade.

Depois da proclamação da independência contra o colonialismo em 1975, Angola passou por momentos conturbados de ‘guerra civil/política’ que provocaram deslocamento de populações e consequente destruição/desintegração de grupos sociolinguísticos, assim como a redução dos falantes das diversas línguas nas zonas de origem. A concentração de refugiados de guerra nas grandes cidades provocou de certo modo a redução da coesão sociolinguística, porque nas cidades, as pessoas deixaram de usar as línguas de origem e passaram a falar o português por ser uma língua franca entre pessoas de diferentes origens e diferentes línguas. Essas famílias refugiadas passaram a ensinar português aos seus filhos, passando assim a surgir uma grande percentagem de angolanos cujo o português é língua materna. Segundo Instituto Nacional de Estatística/INE (2016, p. 51) “o Português é falado por mais de metade da população (71%) com maior predominância nas áreas urbanas onde 85% da população fala a língua portuguesa enquanto que somente 49% na área rural.”

Esse ‘português’ falado nesses contextos adquiriu novo formato, variou bastante e ganhou uma identidade própria que passaremos a designar por ‘português angolano’. O Art. 19 da Constituição da República passa a ser implementado na base desta variedade de

² FASI, Mohammed El. (Org.). *História geral da África: África do século VII ao XI*. vol.3. Brasília: UNESCO, 2010. NIANE, Djibril Tamsir (Org.). *História geral da África: África do século XII ao XVI*. vol.4. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.

português (português angolano) que é própria dos angolanos, criado na esteira e na influência das diversas línguas bantu e khoisan faladas em Angola.

Os angolanos sempre tiveram uma educação tradicional. Essa educação ocorreu nas comunidades e se relacionou à cultura que molda as regras de ser e de estar em sociedade. Com a colonização nos foi imposta uma educação moderna, de viés europeu que nos oferece oportunidades e vantagens econômicas. O modelo, a estrutura e os objetivos da educação tradicional visavam perpetuar os hábitos e costumes dos grupos étnicos. A educação tradicional dos povos bantu e khoisan em Angola priorizava a oralidade e as línguas oficiais dessa educação eram as línguas autóctones. A ligação entre a teoria e a prática era muito nítida porque era uma educação para a vida prática do cotidiano.

Eis que chega a colonização portuguesa com a educação no modelo Europeu fundada nos preceitos da ‘civilização europeia’. Nesta pesquisa designaremos essa educação por ‘educação moderna’ não porque seja realmente ‘moderna’, mas sim porque é ‘outra educação’ que espelha ‘outra cultura’. A educação tradicional pode ser moderna também, a depender da forma como os membros da comunidade desejam implementar. A palavra ‘moderna’ se refere a ‘novidade’, ao ‘novo’ apenas. Portanto, na África temos práticas tradicionais modernas. Por exemplo, nos ritos de circuncisão já não ficam confinados por muito tempo na floresta e não se usa instrumentos cortantes antigos. Usa-se uma lâmina (instrumento cortante) para cada participante do rito para evitar a transmissão de doenças (HIV/AIDS ou SIDA); houve arranjos para que haja anestesista para amenizar a dor e se envolve médicos e especialistas em saúde pública. A evocação ainda é feita em língua local, seguindo o mesmo ritual, mas com arranjos que se adequam a realidade atual. Isso é uma modernidade de uma prática tradicional.

A chegada da educação moderna de origem europeia trouxe mudanças profundas na ordem social porque o colono desejou que o angolano aprendesse a língua, a história e a geografia de Portugal para além de adoção da civilização europeia. Nesta educação moderna, a escrita ganhou mais valor que a oralidade. Por exemplo, não basta afirmar oralmente que sou Ndombele ou Timbane. Tenho que mostrar um papel onde está escrito

(documento escrito) para que alguém acredite que realmente somos. Um Boletim de Ocorrência, uma ata de uma reunião, uma sentença, um diploma ou certificado não podem ser orais, quer dizer, devem ser escritos porque as informações oralizadas não têm muito valor nos nossos dias.

Desta forma, quem não está alfabetizado e não sabe escrever fica penalizado, fica excluído e conseqüentemente sofre efeitos graves na vida em sociedade. Quem ‘não sabe português’ fica cada vez mais distante das oportunidades. Um artigo publicado na *Revista Travessias* que fala sobre “A língua como instrumento opressor e libertador no contexto lusófono: o caso do Brasil e de Moçambique”, Timbane e Rezende (2016) apontam que o desconhecimento da norma-padrão do português pune, oprime, exclui, segrega e inibe os cidadãos no alcance dos seus objetivos da vida. O português falado em casa não é suficiente para se comunicar em contextos formais. Se a língua portuguesa aprendida em casa fosse suficiente, não seria importante que os alunos passassem 12 anos (ensino primário, secundário e médio) tendo a disciplina de língua portuguesa. Aliás, mesmo após 12 anos, a proficiência da norma-padrão ainda não é do domínio dos egressos e essa dificuldade se prolonga até os universitários. Por que? Porque a norma-padrão é uma norma artificial. Ela não reflete a real construção gramatical exigida pela escola. Ela não é língua materna de nenhum falante. A gramática normativa é simplesmente uma ‘invenção’ que na verdade, não reflete a realidade comunicativa da comunidade de fala.

Se “a educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo” (Nelson Mandela), então precisamos refletir sobre como a educação moderna é feita em Angola e quais os possíveis caminhos para que ela se torne mais eficiente. A formação do professor com qualidade pode ser o primeiro passo. Estas reflexões são destinadas aos colegas professores de língua portuguesa para que possamos pensar e repensar juntos sobre as nossas práticas, sobre como atuamos em sala de aulas. Só desta forma é que faremos melhorias e aperfeiçoamento das nossas metodologias de ensino, incluindo instrumentos de avaliação.

Em 1992, após a instauração da democracia, Angola iniciou um longo percurso para a reforma educativa após o fracasso da primeira reforma em 1977. Foi assim que, em 2001,

a Assembleia Nacional da República de Angola aprovou a “Lei de Bases do Sistema de Educação” (Lei 13 de 31 de Dezembro de 2001), que dentre outras novidades visou “formar um indivíduo capaz de compreender os problemas nacionais, regionais e internacionais de forma crítica e construtiva para a sua participação ativa na vida social, à luz dos princípios democráticos.” A LDB previu alterações no sistema de avaliação dos alunos, criação de novas disciplinas e reformulação dos conteúdos curriculares. A LDB obrigou que o ensino nas escolas seja ministrado em língua portuguesa (Art. 9).

A pesquisa surge da inquietação dos autores com relação às dificuldades que os professores de língua portuguesa convivem no seu dia a dia, especialmente nas zonas suburbanas e rurais de Angola. As escolas angolanas, de um modo geral, são frequentadas por alunos vindos de diversas matrizes étnicas que compõe o mosaico sociolinguístico e étnico, pese embora o estatuto privilegiado do português como língua de ensino. Grande parte das crianças angolanas aprende português aos sete anos quando ingressa na escola, especialmente nas zonas suburbanas e rurais. Os alunos chegam à escola falando pelo menos uma língua africana, o que torna difícil a compreensão e assimilação dos conteúdos ministrados em língua portuguesa e atendendo e considerando os manuais elaborados.

Este fato levanta vários problemas, entre os quais a questão das metodologias de ensino. O ensino do português em Angola praticamente não se beneficia de uma didática clara de português língua não materna, sendo geralmente realizado no quadro de português língua materna. O resultado dessa problemática é a dificuldade da produção oral/escrita dos alunos. Por exemplo, a realização de provas orais, exposição de ideias, opiniões ao público, apresentação de trabalhos escolares na sala de aula. Para além da expressão e comunicação oral, os alunos angolanos têm dificuldades na escrita e demonstram fragilidades na redação de textos. Por isso, é pertinente discutir esta problemática por forma a que possamos encontrar caminhos que melhorem a qualidade do nosso ensino.

Na primeira seção deste artigo discute-se a problemática do ensino da língua em contexto multilíngue. O texto descreve a situação sociolinguística de Angola, que em algum momento influencia na formação da variedade angolana do português. Na segunda seção, o artigo debate sobre a influência das línguas nacionais nas aulas de português, o que obriga

uma atenção redobrada do professor para valorizar a variedade em causa. Na terceira seção fazem-se reflexões sobre o insucesso na aprendizagem do português nas escolas angolanas, procurando compreender as causas e refletindo sobre os possíveis caminhos para a melhoria da qualidade do ensino. Na quarta seção, colocam-se algumas competências a desenvolver no ensino de português, especialmente metodologias possíveis de ser utilizadas, sabendo que a melhor metodologia é aquela que faz com que os alunos entendam os conteúdos planejados. O texto termina apresentando breves conclusões e referências utilizadas.

1. O ensino de uma língua em contexto multilíngue

Ensinar não é uma tarefa fácil. Exige dedicação, preparação e responsabilidade do professor, da escola, do Governo e da sociedade. Jamais teremos uma educação de qualidade sem envolver a sociedade e em especial os pais dos alunos. Por essa razão se questiona: “a família, a escola e o aluno: quem ensina o que e para quê?” (TIMBANE; FERREIRA, 2019). A família, o professor e o aluno são atores importantes na educação e deveriam se ensinar mutuamente. Sobre esta questão aprofundaremos na terceira seção.

Segundo Pereira e Franco (2014), um **bom** professor é o que tem conhecimentos sobre o objeto de seu ensino, que domina as técnicas que pondera como adequadas, que segue procedimentos exequíveis, que compreende os processos de aprendizagem, que tem organização de trabalho e que se comunica com seus alunos. Um **bom** professor tem conhecimento e qualidades profissionais para a prática pedagógica e objetiva favorecer o desenvolvimento da aprendizagem discente.

A situação sociolinguística de Angola é muito semelhante com aquela que se observa nos restantes países da África. Os povos africanos são por natureza povos plurilíngues. Segundo Timbane e Vicente (2017, p. 93) o plurilinguismo “é definido como a situação sociolinguística que se caracteriza pela convivência (harmoniosa ou conflituosa) de mais de três línguas no mesmo espaço político-administrativo.” A presença de várias línguas no espaço geográfico reduzido é o mais comum, uma vez que cada etnia se identifica com uma língua. Cada etnia defende a sua língua e a usa como instrumento de comunicação mais importante.

Uma vez que o português é a língua da educação tornou-se imperiosa a sua aprendizagem. O processo de ensino em contexto multilíngue é muito complexo. A dificuldade se localiza na motivação e na forma como os cidadãos aprendem essa língua. No contexto angolano, a criança chega à escola com pelo menos uma língua africana. Uma vez que essa criança já consolidou a estrutura da língua africana encontra dificuldades na compreensão da estrutura do português. Em algum momento há transferência de construções gramaticais da língua africana para o português, o que faz com que os alunos tenham notas fracas na disciplina de português.

Há que refletir que “aprender uma língua é ao mesmo tempo aprender uma cultura, língua e cultura estão intimamente interligadas” (TIMBANE; VICENTE, 2017, p. 93). Não estamos falando da cultura portuguesa, mas sim, da cultura angolana inserida na variedade angolana de português. É que em Angola não se fala português europeu, mas sim português angolano que resultou da interação entre o português com as línguas locais e suas culturas. É dentro da cultura angolana que se transportam traços característicos para se formar a cultura do português angolano. A variedade angolana do português é uma realidade. Ela existe, está sendo usada no cotidiano e não tem nada a ver com o português europeu. As manifestações da variedade angolana do português se mostram em nível lexical, fonético-fonológico, semântico, pragmático, sintático e morfológico. A seguir vejamos um exemplo de variação lexical extraído de Pimentel (2015, s.p.):

No entanto, nem mesmo as aspas têm sido suficientemente fortes para travar o desejo de existir dessas palavras na nossa língua. O refúgio desses **muadiês** tem sido, até agora, o **cubico** de **kambas** que ainda não **bumbam**. São **ndengues bué** esforçados. Desde há muito que tentam arranjar um **salo**, mas... **desconseguem**. Os **kotas**, uns **papoites malaiques** que nunca ajudam, têm muito **kumbu** mas preferem gastar com as **mamoites**. Naquele **cubico**, mesmo com as **makas**, ninguém **banzela**. Todas as manhãs, depois do **matabicho**, uma **magoga**, um **pincho** e um **bebe-e-me-deixa** do **janela-aberta** do mais-velho Minguito, os **putos bazam** a um dos **arreiós** – na **baúca** do **candongueiro** – comprar uns **mambos** para revender. É o único **bisno** que dá jeito por enquanto. O negócio dá para se manterem vivos. **Paiam** de tudo um pouco, até **mbilas** e **parte-os-cornos**. E as **mboas** não **maiam**. Querem lá saber do que as pessoas pensam delas quando levam as bacias à cabeça

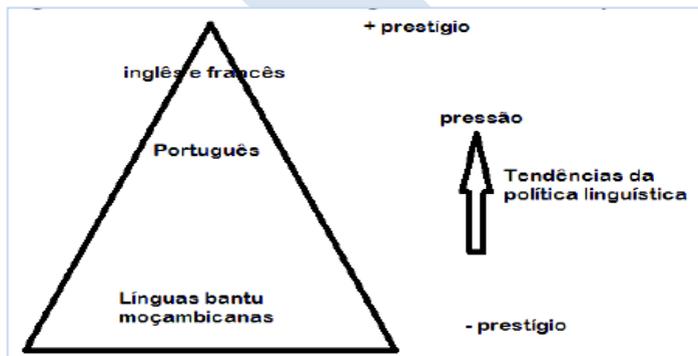
para **zungar**? O importante é **bumbar** e comprar cadernos para os **canucos**. Andam à vontade e ninguém mais os **estiga**. Mas as **ma-moites** e as suas **cassules** não podem **maiar**. Há muitos **uíis** por aí com **bué** de **chacho** que só querem **ngombelar**. Abram os olhos, ou ainda pensam que vocês são **bombós**...

As unidades lexicais destacadas em negrito ocorrem na construção sintática e semântica dos angolanos. Entre os angolanos, o significado dessas palavras não causa estranheza. São palavras usadas no cotidiano e que de algum modo aparecem nas redações dos alunos. Cada palavra é usada em contexto próprio de comunicação. O português angolano se apresenta com apoio dos angolanismos. Chamamos de angolanismos as palavras que ocorrem em contextos da variedade angolana do português. Que fique clara a ideia de que o léxico do português é vasto. O léxico é a soma de palavras que compõem uma língua. Neste caso, as palavras apresentadas por Pimentel (2015) fazem parte da língua portuguesa falada em Angola. Sendo assim, não são palavras erradas ou viciadas. Essas palavras se formaram por meio do processo de empréstimos lexicais de línguas africanas, mas também tem outras que se formaram com base no português.

O ensino de língua deve ter em conta essas realidades porque uma língua é a soma de variedades. A soma do português angolano, brasileiro, moçambicano, guineense, europeu, etc. forma a língua portuguesa. A criatividade lexical é um fenômeno normal de qualquer língua em uso. O professor de português não pode ignorar esta realidade, não pode desconsiderar este processo normal das línguas. Primeiro é necessário que a escola valorize a variedade angolana de português porque é ela que se manifesta no seio dos angolanos. Aliás, estudos de Chicuna (2018) demonstram essa interação entre as línguas africanas e o português. Segundo Chicuna (2018, p. 236), o contato do português com o kiyombe “permitiu o surgimento de novos vocábulos em cada uma das línguas, tendo em conta as particularidades de cada sistema linguístico”.

Esses contatos não apenas acontecem com o kiyombe, a língua pesquisada pelo Chicuna³. Isso acontece em qualquer situação de multilinguismo. O estudo de Timbane e Vicente (2017) com o português de Moçambique observou-se essa formação da variedade baseada no processo de empréstimos vindos das línguas autóctones. Por ser um processo natural existe uma hierarquização das línguas, onde o português se encontra na parte central do triângulo linguístico. A localização na parte central se justifica pelo prestígio que ascende da Constituição da República, que a coloca como a mais prestigiada. O inglês e o francês são línguas estrangeiras modernas que são aprendidas tanto em Moçambique quanto em Angola. Apesar de essas línguas não serem línguas oficiais são importantes para o alcance das oportunidades. Não basta ser formado em engenharia de Petróleo. É preciso ter conhecimentos de inglês ou Francês para alcançar mais oportunidades de emprego. Infelizmente é assim como a nossa sociedade funciona. O esquema a seguir ilustra a ascensão da língua de menor prestígio para o maior a depender da política linguística que cada país adota:

Figura 1



Fonte: Timbane e Vicente (2017, p. 102)

³ Estamos cientes com relação aos debates que definem kiyombe como variante de Kikongo. Não vamos entrar em debate sobre isso nesta pesquisa. Até porque as diferenças entre língua, dialeto, variante e variedade são claras com relação às línguas africanas. Somos de opinião que nós, pesquisadores de línguas africanas precisamos definir o que é língua em nosso contexto porque as definições de Saussure, Lyons, Martinet, Chomsky e outros não conseguem satisfazer a complexidade das línguas africanas.

No contexto angolano, as línguas africanas estão na base do triângulo e são línguas majoritárias. São línguas faladas pela maioria como língua materna. A medida que nos deslocamos para o centro do triângulo linguístico há alguma redução do número de falantes como L1, mas o prestígio aumenta. As línguas estrangeiras modernas (inglês e Francês) no topo do triângulo são mais prestigiadas embora não sendo oficiais. A tendência da política linguística é de valorizar as línguas estrangeiras relegando para o último plano as línguas locais, o que a nosso ver se torna lamentável, se considerarmos a língua como patrimônio.

A situação do ensino do português em Angola é a seguinte: há crianças que entram na escola com português como Língua materna (L1), mas há outras que entram com Língua segunda (L2). Os manuais escolares usados são os mesmos. A metodologia de ensino é a mesma. Entendemos que não é aconselhável. Entendemos que o professor deve ser versátil atendendo os diferentes tipos de alunos na mesma turma, na mesma sala. Este é um grande desafio porque se o professor não estiver preparado psicopedagogicamente não consegue obter sucessos. Quando falamos de **sucesso** não nos referimos à nota. O professor pode atribuir nota facilmente até porque sempre recebe **pressão** do Diretor da Escola e do Ministério da Educação. Na verdade, o sucesso é referente a capacidade real dos alunos de usar o sistema linguístico (domínio dos códigos verbal e escrito) em diferentes contextos de comunicação.

Outro elemento importante é valorização as diferentes formas de falar português sem preconceito. Não existe uma única forma de **falar português**. Por essa razão existe **Acordo da fala**. A escrita é uma modalidade que possui um acordo que deve ser respeitado. A escrita é uma Lei que deve ser cumprida, respeitando o sistema da escrita estabelecido. A fala não tem essa especificidade e aceita a criatividade do falante. A fala é mais criativa do que a escrita que é conservadora.

O angolano sabe falar português e não precisa imitar sotaques dos dialetos portugueses ou usar léxico da variedade europeia porque saber falar é dominar o código da língua, isto é, o sistema de regras (LUFT, 2007). O léxico é apenas um setor da língua e está em constate variação a depender da cultura e das experiências porque a “língua é do povo antes de ser dos livros” (LUFT, 2007, p. 117).

2. Influência das línguas autóctones nas aulas de Língua Portuguesa

Dados do INE (2016, p. 51) resultantes do recenseamento de 2014 mostram que o umbundu (23%), kimbundu (7,8%), kikongo (8,2%) cokwe (6.5%), ngangela (3,1%), nyaneka (3,4%), fiote (2,4%), kwanyama (2,3%), muhumbi (2,1%) são as línguas mais faladas Angola. As restantes línguas somam 4,1% do total. A crítica que temos com relação aos dados do INE é que não há indicação se essas línguas são L1 ou L2 porque os 71,1% de pessoas que falam português só podem ser de português como L2 e não como L1.

A língua é uma entidade dinâmica. Assim, da mesma forma que se constata evoluções no contexto de uma realidade cultural, no caso heterogêneo, incorporando a modernidade as novas formas de representação linguística também se manifestam (NETO, 2012). O contacto entre línguas africanas e o português fomenta o bilinguismo porque, em Angola temos uma situação em que por um lado se fala uma língua africana e por outro a língua oficial, o português cujo seu uso é obrigatório na educação e na vida formalidade (MIGUEL, 2014). Por sua vez o bilinguismo faz com que haja influências e interferências. As formas mais comuns é o uso dos estrangeirismos e empréstimos lexicais, semânticos e sintáticos.

Segundo Quivuma (2014) alguns vocábulos do kikongo (sobretudo os verbos), têm provocado muita confusão para os alunos de português como L2. A multiplicidade de polissemias que um mesmo vocábulo tem em kikongo, é transportada para o português, afetando o previsto pelas gramáticas normativas. Por exemplo, o verbo **comer** significa “tomar alguma coisa como alimento”. Mas, em kikongo, esta unidade lexical apresenta uma extensão de sentidos: (1) benefício, (2) desperdício de tempo, (3) tirar a vida magicamente, (4) sofrer/cobrar uma multa.

Ex.1: Desde que **começaste** a trabalhar, nunca comi o teu dinheiro.

Ex.2: **Comeste** muito tempo para fazeres esta obra.

Ex.3: Foi ele quem **comeu** o meu pai.

Ex.4: **Comeram-lhe** uma grande multa pelo crime que cometeu.

Estas construções sintáticas resultam das transposições das construções de frases do kikongo para português. Isso não acontece propositalmente. É que a criança pensa pri-

meiramente em sua língua materna (neste caso em kikongo) para depois traduzir para português. Esse processo carrega consigo resquícios da língua mãe, da língua de reflexão e de organização de ideias. As frases apresentadas até podem não fazer sentido para um brasileiro ou timorense, mas para o angolano ficará claro.

Ainda na mesma linha de pensamento, um estudo de Bengui (2018) realizado com turmas de português como L2, no Município de Buegas, Província do Uíge revelou a característica própria da variedade angolana do português. Por exemplo, os alunos pronunciam *Biolozia (Biologia), *ziz (giz), *pedagogia (pedagogia), *catuno (gatuno) e *casolina (gasolina). Observa-se a troca de /g/ pelo /c/ ou /z/. Essa pronúncia resulta, obviamente das interferências das línguas africanas que as falam como L1. No campo sintático: **quem está a minha trás?** Uma vez que em kikongo esta frase é aceitável (**nani una kunima me?**), quando, em português, seria: **quem está a trás de mim**. No campo semântico as frases: **“quem está a trás de mim”** e **“quem está a minha trás”** têm sentidos diferentes: a primeira tem o significado de ‘quem segue na fila do Banco, loja etc.’, e a segunda tem o sentido de ‘quem está nas minhas costas’.

As principais questões são: como o professor de professor lida com estas situações? Riscar a frase e dar nota zero para o aluno? Exigir que o aluno angolano pense e reescreva tal como se fala em Portugal? É lógico que a resposta para cada questão é não. Em Portugal, não se fala português da mesma forma. Estudos de Cunha e Cintra (2008) mostram que os dialetos portugueses se dividem em 3 grupos: a) dialetos galegos, b) dialetos portugueses setentrionais e c) dialetos centro-meridionais. Cada província de Portugal, cada freguesia tem o seu sotaque, sua variação e o seu jeito de falar português influenciado pelos contextos sócio-históricos. Por que razão em Angola se esforça para ter sotaque de Portugal? Essa ideologia do “bom português” é uma falsa ideia da existência de forma mais correta de falar português. Não existe um falar correto. Todos os falares são legítimos para os seus usuários. O importante é capitalizar, estudar e consolidar essas formas. Não é por acaso que Labov (2008) afirma que é inútil estudar a língua fora do seu contexto real. Ao estu-

darmos a língua ou a variedade em contexto será possível identificar elementos socioculturais que justificam o uso desta ou daquela forma de falar a língua ou variedade. Vejamos o exemplo a seguir:

O verbo **sentir** em kikongo, não existe. O que existe é **ver**. Quer dizer, nas seguintes situações: sentir fome, sentir calor, sentir frio, sentir pena, para o falante da língua kikongo sempre preferirá/escolherá o verbo **ver**, como no exemplo a seguir.

Em kikongo: Ex.4: *Nzala ngina mona*. (Estou a sentir fome).

Em kikongo: Ex.5: *Kiozi ngina mona*. (Estou a sentir frio).

Em kikongo: Ex.6: *Kiandi ngina mona*. (Estou sentindo uma tristeza).

Para atribuir nome a um recém-nascido, em kikongo usa-se o verbo **vomit** (*ki-luka*). O verbo é *-luka* e o *ki-* é um prefixo da marcação do infinitivo do verbo. Por exemplo: “vomitei o meu pai” significa que “atribuí ao meu filho o nome do meu pai”, isto é: *Sé diama ndukidi* (língua kikongo). Quando um aluno escreve uma redação pode incluir essas reflexões da sua L1 no português. O professor precisa ser ‘cirúrgico pedagogicamente’ para que possa identificar o problema e conversar com o aluno para que ele possa procurar deixar clara a frase. É importante que professor explique ao aluno que ele não escreve para si mesmo, mas sim para que o outro possa ler. Quanto mais claras forem as frases, as suas mensagens serão mais bem compreendidas pelo leitor.

Outro caso é do verbo **beber**. Em kikongo, para todas as circunstâncias de ingerir líquido usa-se o verbo **beber** e **tomar**; todavia, os linguistas ainda não esclareceram a diferenciação do que se bebe e do que se toma. Há realmente uma grande ambiguidade e por vezes a diferença só pode ser compreendida dentro da cultura. Na língua xichangana, uma língua bantu moçambicana, o ‘café da manhã’ se come e ‘não se toma’, tal como se fala no português brasileiro. O falante de kikongo usará o verbo **beber** para qualquer líquido (água, café, chá, leite, todo tipo de bebidas) incluindo “fumar”. Quer dizer, o fumo se bebe em kikongo. A inclusão da ação “beber” para “fumar” se relaciona à cultura e interpretação do mundo que os falantes fazem sobre a língua.

Estes fenômenos semânticos são mais frequentes nos verbos. As polissemias de muitos verbos são transferidas diretamente do kikongo para o português, o que torna as frases muito complexas se comparar com a variedade europeia do português. Para um aluno mukongo (falante de kikongo), os verbos portugueses recebem os semas que esses verbos têm em kikongo. O kikongo não é uma língua antagônica ao lado do português. É uma língua que deve ser encarada como qualquer outra, pois possui uma estrutura morfosintática rica que merece muita atenção por parte dos professores bem como o seu profundo conhecimento (QUIVUNA, 2014). Por isso, o professor em sala de aula é um pesquisador, porque deve identificar, analisar e compreender como o seu aluno fala, para poder buscar estratégias de ajudá-lo na melhoria das competências comunicativas.

3. Reflexões sobre o insucesso na aprendizagem do português nas escolas angolanas

Na seção acima iniciamos, mas sem aprofundar sobre as relações entre família do aluno, a escola e o Governo. Não existe nenhuma educação de sucesso no mundo que não tenha esses elementos coesos. A família é composta pelo aluno e seus responsáveis, a escola é composta pelo professor e a coordenação e o Governo é composto pelas políticas educacionais e os agentes do estado. Cada um desses elementos participa direta ou indiretamente para o sucesso da educação. O que se observa em Angola é que os pais ou responsáveis apenas enviam seus filhos à escola, mas não participam da vida da escola, nem fazem parte das comissões que elaboram as políticas educacionais em nível do Governo. O resultado de tudo isso é que às vezes os alunos aprendem assuntos e conteúdos que não são do interesse da sociedade. Nesse leque de conteúdos se incluem as línguas locais. Em algum momento esses alunos poderiam ser incentivados pelos pais/responsáveis, pois constituem patrimônio imaterial dos seus grupos de origem. Para aprofundar mais esta questão pode-se afirmar que

A família é uma escola e a escola é família. Tanto em um como em outro ocorre aprendizagem e essa aprendizagem ocorre de diversas formas. Enquanto na família atuam os pais, os irmãos, avós e outros membros, na escola atuam o professor, a coordenação, os diretores e outras forças ativas da sociedade. Tanto a família quanto a escola

se empenham na transmissão do conhecimento, na transmissão de valores e atitudes que visam formar um cidadão pleno que assuma as responsabilidades de dar continuidade à normalidade da espécie humana. Em outras palavras, a família e a escola são instituições de ensino. Sendo assim, a harmonia dos dois traria mais vantagem para o aprendiz. (TIMBANE; FERREIRA, 2019, p. 211).

Para que o aprendiz tenha sucesso é necessário que domine as quatro competências: expressão e compreensão oral, expressão e compreensão escrita. As competências da oralidade ocorrem de forma natural e numa primeira fase no seio familiar para aqueles que têm o português como L1. Chama-se atenção ao fato de que não é por ser falante do português como L1 que recebe ‘a carta branca’ para ser competente na norma culta ou norma-padrão. Para conseguir essa competência é necessário frequentar a escola. As competências da escrita são mais complexas e exigem intervenção de um especialista, daí a relevância da escola e do professor para ensinar o desenvolvimento dessas habilidades. É na escola onde há obrigatoriedade do uso da norma-padrão.

No processo de ensino-aprendizagem de português observa-se que os alunos têm dificuldades na leitura, na escrita e na expressão/compreensão oral. Segundo Selbach (2013), ensinar a língua portuguesa exige envolvimento de três personagens, nomeadamente o aluno, os conteúdos conceituais e o professor. O professor tem a tarefa de organizar a mediação entre o aluno e os conhecimentos. O ensino do português não é uma simples transmissão de conteúdos aos alunos. Os alunos não são ‘tábuas rasas’ e em contexto das cidades, eles já chegam à escola com conhecimentos do português aprendidos no seio familiar.

O que acontece nas escolas angolanas é que os alunos decoram as matérias ou os textos dados pelos professores, respondendo de forma repetitiva, memorizando as perguntas da prova que professor aplica. Essa aprendizagem automática não ajuda em grande medida na criatividade dos alunos. As frases artificiais inventadas pelos professores e desconectadas da fala cotidiana prejudicam em grande medida a aprendizagem dos alunos para além de fomentar preconceito linguístico com relação a variedade angolana do português.

A aprendizagem do português deve ser reflexiva, isto é, o professor deve evitar o uso de frases de grandes escritores para servir de exemplos “do bom português” na análise

linguística. É que o escritor é um artista que busca beleza e arte nas frases do seu texto, da sua narrativa. A arte literária extrapola os limites do uso normal da língua e por isso essas frases não podem servir de exemplo para análise linguística. O professor não pode se distanciar da função principal da língua – a comunicação. Provocar uma análise de frases que efetivamente acontecem na fala dos alunos seria interessante para que eles possam compreender que a língua é composta por variedades, registros e estilos, etc. Na sociolinguística, entendemos que não existe uma construção errada vinda da sociedade. Se a língua é uma construção social, então, a sociedade não está errada quando dinamiza a língua. Sabemos que a língua viva não é estática, ela muda e varia à medida que a sociedade muda também. Portanto, não existem frases ou palavras erradas, mas sim diferentes. O extrato do texto de Pimentel (2015) que apresentamos acima reforça essa ideia.

Os livros escolares de língua portuguesa em Angola não têm nenhum capítulo destinado ao estudo da variação linguística como se ela não existisse. Os falares de um angolano no Uinge e os falares de um angolano em Luanda ou Kunene não são os mesmos. Isso mostra a variação linguística que resulta dos contextos sociolinguísticos que o país apresenta. O português falado por jovens angolanos, por exemplo, já não é igual com aquele que as gramáticas portuguesas sugeriram ao longo dos anos em que o português foi ensinado em Angola. Desta forma, o ensino do português em Angola deveria ter em conta a variedade do português que efetivamente ocorre no dia a dia. (TIMBANE, SANTANA, AFONSO, 2019). Os Dicionários e gramáticas utilizadas em Angola foram concebidos, elaborados em Portugal. Eles representam a variedade portuguesa do português e não a variedade angolana do português. O Brasil, já avançou bastante nos últimos anos ao pesquisar a sua variedade e produzir instrumentos do tipo gramáticas⁴ e dicionários⁵.

⁴ “Gramática do português brasileiro” da autoria de Ataliba Castilho de 2010; “Gramática pedagógica do português brasileiro”, de Marcos Bagno de 2012, “Gramática do português brasileiro” de Mário Perini, de 2010.

⁵ “Novo Aurélio: o dicionário da língua portuguesa: século XXI”; “Michaelis: moderno dicionário da língua portuguesa”; “Dicionário Houaiss da língua portuguesa” e “Dicionário UNESP da língua portuguesa”.

Desce cedo, o aluno deve ser orientado (i) a diferenciar a língua falada da língua escrita; (ii) a compreender a variação dos usos linguísticos; (iii) a adequar-se aos registros; (iv) a analisar o modelo alfabético-ortográfico de grafia; (v) a compreender a não correspondência entre fonemas e letras; (vi) a compreender a natureza convencional da língua, especialmente a língua escrita e; (vi) a compreender o esquema paradigmático para dedução de formas (SIMÕES, 2006). É importante sublinhar que a língua falada se socorre de recursos inexistentes na língua escrita. A língua falada usa gestos, expressão facial, tom, timbre de voz entre outros recursos não verbais. A língua escrita usa letras, a pontuação, acentos e o til, espaços em branco entre outros. A língua escrita é conservadora e a língua falada é atual, criativa e moderada no tempo e no espaço tendo em conta do interlocutor.

O grande problema que se observa nas escolas angolanas é a necessidade do cumprimento do planeamento das aulas, o que não é lógico e aceite pedagogicamente. A questão não deveria ser o cumprimento dos planos das aulas traçados pelo Grupo de disciplina ou pela escola. É necessário olhar para o grau de compreensão dos alunos porque eles não têm o mesmo grau de aprendizagem. Alguns são rápidos na compreensão dos conteúdos e outros são lentos. Contudo, para se evitar isso, o orientador deve procurar estratégias que possam garantir a compreensão do assunto utilizando os diferentes estilos de aprendizagem.

Muitas vezes os professores atribuem culpa aos alunos pela fraca assimilação dos conhecimentos. A responsabilidade pelo processo de ensino é concedida aos alunos sempre. Por exemplo, os professores culpam a incapacidade intelectual sem provar cientificamente por meio de análises psíquicas; culpam os alunos pela baixa motivação sem que eles tenham criado condições para que estes fiquem motivados. Mas ainda culpam o ambiente familiar e suas condições financeiras dos alunos. Será que os professores já procuraram estabelecer ponte entre eles e os pais dos alunos? Será que a pobreza é único problema que provoca a fraco desenvolvimento intelectual. Nesta pesquisa, entendemos que o professor deve em primeiro lugar olhar para si mesmo, verificar como são as suas ações em sala de sala e como lida com o aluno.

Primeiramente, o aluno não vai se motivar por si mesmo sem que haja um professor motivador, que ilumina o aluno e indica o caminho certo. Nenhum aluno ficará motivado espontaneamente sem que tenha sido motivado e o professor é o elemento essencial para que essa motivação aconteça. A escola pública acolhe a maior parte de alunos pobres. Sendo assim, é necessário que o professor da escola pública seja mais eficiente trabalhando e entregando-se pela pátria para que o conhecimento possa iluminar os menos favorecidos. A formação do professor é extremamente importante.

O professor deve desenvolver técnicas que possam ajudar e aperfeiçoar as habilidades do aluno. Portanto, saber ler, escrever, interpretar os textos em língua portuguesa são competências fundamentais que trazem benefícios para as restantes disciplinas curriculares. O docente deve levar o aluno a ultrapassar dificuldades de aprendizagem. Só que é necessário que o professor saiba identificar problemas de aprendizagem do seu aluno para melhor buscar a solução do problema. Por isso mesmo, a educação deve colocar-se na base do desenvolvimento humano, não pode mobilizar as energias sem fornecer caminhos possíveis para a vida (NGULA, 2005). Nesta pesquisa vamos avançar alguns problemas que contribuem para o fracasso da educação em Angola:

(i) Há fraca formação profissional pedagógica dos professores, isto é, alguns professores dão aulas sem sequer saber quais as fases de uma aula. Isso pode prejudicar em certa medida a qualidade do ensino. Mas também a formação continuada do professor é importante porque visa realizar “uma adaptação ao posto de trabalho, em virtude das alterações de políticas educacionais, da necessidade de aprimoramento e da melhoria da qualificação profissional” (MAYEMBE, 2016, p. 107);

(ii) Os professores são atribuídos disciplinas que não são da sua área de formação. Isso é mau, do nosso ponto de vista, porque o professor não está especializado para lidar com aqueles conhecimentos ou com aquela metodologia de ensino. Um professor que dá aulas de uma matéria que não é da sua área de formação, muitas vezes se sente inseguro diante dos alunos, desmotivado e com limitações na criatividade;

(iii) O fraco domínio da norma culta da língua portuguesa. Existe um mito segundo, o qual a variedade portuguesa do português é a mais correta. Muitas pessoas imitam

sotaque de Lisboa para se sentir perto da variedade mais ‘privilegiada’. Marcos Bagno, em sua obra “Preconceito linguístico” de 2015, rechaça esse preconceito linguístico demonstrando que não existe um sotaque mais correto e nem uma variedade mais bonita que a outra. Todas as variedades são legítimas para a comunidade que as fala;

(iv) Outro elemento que pode contribuir para a fraqueza da qualidade de ensino em Angola é a falta de planificação das aulas. Segundo Libâneo (2013), o planejamento da educação se realiza em vários momentos. Há um planejamento institucional, em nível do Ministério, há um planejamento da escola e finalmente o planejamento do professor. Um professor não pode ficar improvisando a aula. Deve planejar os passos da aula, os materiais e as formas de avaliação. As respostas automáticas que os alunos procuram dar nas provas resultam dessa falta de planejamento do professor. As aulas deveria se reflexivas, que o obrigam o aluno a pensar e a discutir as ideias. As provas de ‘múltipla escolha’ não têm esse elemento reflexivo. As perguntas que exigem reflexão, dissertação crítica são interessantes se desejamos formar um cidadão autônomo;

(v) outro elemento a discutir é com relação a falta materiais e condições das escolas. Ainda hoje, em pleno séc. XXI ainda há aulas debaixo das árvores e com condições precárias. O Ministério da Educação de Angola relata a existência de muitas turmas ao ar livre; a falta de água potável e energia elétrica; a carência de mobiliário escolar adequado; a falta de manutenção das escolas; a carência de bibliotecas e laboratórios nas escolas do 1º e 2º ciclos do Ensino Secundário; Insuficiência e/ou precariedade e débil apetrechamento das infraestruturas nas salas de alfabetização (falta de salas de aula e carteiras em quantidade suficiente, etc.) (ANGOLA, s.d., p. 57) são alguns constrangimentos que persistem nas infraestruturas. Quando chove, não há aulas porque as escolas ficam inundadas ou não têm cobertura. Se a educação é o espaço mais importante na formação do homem para a vida, por qual razão ainda não há grandes investimentos para a melhoria das infraestruturas da educação? A resposta para estas perguntas está nas mãos de quem está no poder, nas prioridades que se dá na gestão dos fundos do estado. Mayembe (2016, p. 250) demonstrou que “não há abertura, da parte do governo, para os professores exporem suas dificuldades e opiniões sobre a reforma educativa, sob pena de serem considerados como opositoristas”. Esta

situação torna o ensino mais complexo porque as políticas educacionais devem ser acompanhadas pelos professores que são os executores. A interação entre professores e técnicos do Ministério da Educação traria afinção dos materiais e dos conteúdos tendo em conta as realidades dos alunos e das condições infraestruturais das escolas.

4. Competências a desenvolver no ensino de língua portuguesa

Competência comunicativa “consiste na capacidade de o falante adequar o seu discurso a situação em que se encontra e ao meio de comunicação utilizado. Compreende a sua aptidão para usar o discurso nas relações interpessoais em situações particulares.” (QUIVUNA, 2014, p. 38). A competência comunicativa é a capacidade que o falante tem de usar a língua de forma adequada às situações de comunicação em que se encontra; para além da competência linguística, o falante tem que dominar o conhecimento extra linguísticos e contextual. O estudante deve-se adaptar à situação de comunicação. Não falamos da mesma forma em todas as situações de comunicação. Quando falamos com um adulto, quando falamos com uma criança, quando conversamos no barzinho usamos formas apropriadas para cada situação. Em muitos momentos os nossos alunos cometem erros por não saber adequar a língua portuguesa aos contextos situacionais de comunicação. Não se fala português da mesma forma em todos os espaços e com pessoas diferentes.

A competência não pode ser isolada das outras competências da dimensão do saber ser, saber fazer e saber aprender. Estas competências enriquecem a capacidade de aprender a aprender e a resolver outros problemas. As línguas fornecem instrumentos para o tratamento de outras disciplinas, inserindo assim no campo da interdisciplinaridade.

Conhecer a língua portuguesa não é conhecer todas as regras previstas na gramática normativa. Ser competente em português, não é falar como se fala em Portugal. Há muitos que se esforçam a pronunciar tal como se pronuncia em Portugal. Isso é uma perda de tempo para além da perda da identidade. A nossa sociedade e a escola em particular precisam lançar um novo olhar para a variedade de português falado em Angola. Está claro que o português angolano não é outra língua. O português é a soma de variedades, variantes e dialetos falados no espaço lusófono.

A competência em português não passa pelo conhecimento e uso de palavras presentes nos dicionários portugueses. As palavras do português angolano são tão relevantes quanto aquelas que aparecem nos dicionários renomados de Portugal. As palavras citadas por Pimentel (2015) nos instigam na necessidade da criação de dicionário do português angolano que deverá incluir as palavras: **muadiês** (o cara/ a pessoa), **cúbico** (casa), **kamba** (amigo), **bumbar** (trabalhar), **ndengues** (moleque, rapaz), **bué** (muito), **salo** (trabalho), **desconseguem** (não conseguir), **kota** (pessoa mais velha), **papoite** (equivalente a kota), **malaiques** (pessoa ou coisa que não tem utilidade/valor), **kumbu** (dinheiro), **mamoite** (mãe), **makas** (problemas), **banzela** (pensar), **matabicho** (café da manhã), **magoga** (sanduiche de frango), um **pincho** (churrasco), **janela-aberta** (local onde se vende bebidas), **putos** (moleques), **bazar** (ir), **candongueiro** (transporte de van), **mbilas** (camisa), **zungar** (vender), **canucos** (jovens), **estigar** (ridicularizar) e **bombo** (idiota).

Ao valorizar a variedade angolana do português estamos construindo uma escola democrática. Segundo Libâneo (2013, p. 251), uma **escola democrática** “é aquela que possibilita a todas as crianças a assimilação de conhecimentos científicos e o desenvolvimento de suas capacidades intelectuais, de modo a estarem preparadas para participar ativamente da vida social (na profissão, na política, na cultura)”. Sendo assim, a valorização da variedade será interessante na integração dos angolanos na comunicação em língua portuguesa sem preconceito.

Quando falamos de competências em português não estamos falando de domínio da variedade europeia, mas sim da variedade que ocorre em cada espaço geográfico. Há elementos dentro do sistema que permitem a intercompreensão entre os membros da comunidade linguística. O léxico não é língua, apenas é um setor da língua. Porque isso a existência de unidades lexicais diferentes entre os lusófonos não é problema, mas contrário um fenômeno normal em todas as línguas do mundo.

Valorizar a reflexão sobre os mecanismos de funcionamento de língua e o reconhecimento das regras que a regem é muito importante e faz parte da **educação linguística**. Entendamos por educação linguística “o processo de ensino-aprendizagem que visa

a desenvolver a competência comunicativa do aprendente, de modo a torná-lo um indivíduo capaz de utilizar a língua materna de forma consciente, adequando-a às mais diversas situações de comunicação orais e escritas vividas em sociedade” (PEREIRA; FRANCO, 2014, p. 100). A educação linguística visa a formação proficiente de crianças e jovens como seres pensantes-comunicantes e que possam ser usuários da língua em situações comunicativas reais (PALMA; TURAZZA, 2014). No ensino de português, o professor deve ter em conta oito habilidades essenciais:

Resgate do conhecimento que os estudantes têm sobre o assunto a ser tratado; síntese do conhecimento, após apresentação oral; criação de motivação ou gancho entre os comentários feitos e o tema novo; apresentação do novo; levantamento das dúvidas e dificuldades da turma; solução das dúvidas e das dificuldades dos aprendentes; exploração do conteúdo pela utilização de diferentes materiais didáticos e; síntese do novo conhecimento construído. (PALMA; TURAZZA, 2014, p. 51)

A língua, segundo Quivuna (2014) é um produto social e cultural de uma comunidade. Os valores concebidos na sociedade são expressos na língua por meio de diversos mecanismos. Há valores impregnados na língua e cabe a sociedade preservar e difundir por gerações. É função social da escola possibilitar o desenvolvimento das competências de leitura e escrita de gêneros variados aos alunos. Os professores podem e devem iniciar mudanças em suas práticas quotidianas para o alcance desses objetivos.

Conclusão

A presente pesquisa procurou debater por meio de diversos teóricos as questões inerentes ao processo de ensino-aprendizagem de língua em contexto multilíngue como foi o caso de Angola. Primeiramente, entendemos que o professor de português precisa de uma preparação antes de entrar em sala de aula. A preparação psicopedagógica e em metodologia de ensino de língua é relevante, mas também a preparação ideológica é interessante também porque reduzirá o preconceito com relação à variedade angolana de português. Seria muito interessante trazer para a sala de aula textos escritos por angolanos, literatura angolana e outros materiais escritos na variedade angolana de português.

Segundamente, não nos interessa a quantidade de alunos aprovados no fim do ano, mas sim qualidade do aluno que efetivamente aprendeu. Partimos do princípio de que os analfabetos funcionais⁶ não poderão ajudar no desenvolvimento de Angola. Em terceiro lugar é importante defender a relevância da educação e a necessidade de investimentos na educação que é “a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo” (Nelson Mandela). Os investimentos na educação devem ser entendidos como essenciais e prioritários para qualquer Governo sério para que no futuro próximo o país consiga evoluir com cidadãos qualificados.

É necessário que o professor adote instrumentos e recursos para ser agente ativo, que possa modificar o seu próprio mundo interior. O professor tem um papel relevante e, por isso, é preciso dar a conhecer e selecionar os fatores fundamentais para a conquista de uma maturidade adequada por parte do aluno. A motivação do aluno para a aprendizagem de uma língua deve partir do professor, por ser o agente importante que incentiva o educando. Precisamos refletir sobre a necessidade de envolver os pais no processo de educação. Muitos pais apenas aparecem na escola no fim do ano, na busca dos resultados. Mas não há nenhum acompanhamento periódico por parte dos pais. Que os professores de português em contexto bilingue adequem os seus procedimentos de ensino à luz das necessidades e dificuldades dos alunos.

PORTUGUESE LANGUAGE TEACHING IN ANGOLA: METHODOLOGICAL REFLECTIONS IN A MULTILINGUAL CONTEXT

ABSTRACT: Portuguese is the only official language in Angola, although there are more than twenty languages of the Bantu and Khoisan group coexisting with several European and Asian languages. Since Portuguese is the mandatory language in education, it is necessary to reflect on how to teach in a multilingual context. The research discussed methodological paths that favor quality education and that really meets the Angolan reality. It is a bibliographic search that seeks readings that debate issues of linguistic variation and teaching didactics. The research showed how teacher education is important in the transmission of skills aiming at the quality of learning in Portuguese. Given the context in which Portuguese teaching and learning takes place in Angola, there is a lack of infrastructure

⁶ Um analfabetismo funcional é um egresso no nível académico e sabe ler e escrever, mas é incapaz de interpretar o que lê e de usar a leitura e a escrita em atividades cotidianas. Em Angola, nunca se fez um estudo sobre os analfabetos funcionais, mas é verdade que criam dificuldades no progresso profissional.

conditions in addition to the lack of interaction between teacher, student, parents and the Ministry of Education. The existence of classes with Portuguese students like L1 and L2 makes teaching complex because the methodology and materials should be different. The interference of African languages in Portuguese requires a constant methodological update by the Portuguese teacher so that he can respond to the Angolan reality, challenging the complexity of the Angolan variety of Portuguese that is different from Portuguese in Portugal.

KEYWORDS: Teaching; Portuguese language; Methodology; Multilingualism; Angola

REFERÊNCIAS

ANGOLA. *Balço da Implementação da 2ª Reforma Educativa em Angola*. Luanda: Ministério da Educação, s.d. Disponível em: <www.med.gov.ao>. Acesso em: 14 abr. 2020.

ANGOLA. *Constituição da República de Angola*. Luanda: Assembleia Nacional, 2010.

BENGUI, Francisco Pedro. *Interferências linguísticas dos alunos da escola do I ciclo do ensino secundário de Buengas-Uíge*. Monografia apresentado no Instituto Superior de Ciências de Educação do Uíge. 2018

CHICUNA, Alexandre Mavungo. *Portuguesismos nas línguas bantu*: para um dicionário português-kiyombe. 3.ed. Lisboa: Collibro, 2018.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5.ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

FASI, Mohammed El. (Org.). *História geral da África: África do século VII ao XI*. vol.3. Brasília: UNESCO, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *Resultados definitivos recenseamento geral da população e habitação, 2014*. Luanda: INE, 2016.

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008.

LIBANEO, José Carlos. *Didática*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LUFT, Celso Pedro. *Ensino e aprendizagem da língua materna*. São Paulo: Globo, 2007.

MAYEMBE, Ndombele. *Reforma educativa em Angola: a monodocência no ensino primário em Cabinda*. 301p. (Tese). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade De Educação, Belo Horizonte, 2016.

MIGUEL, Maria Helena. *Dinâmica da Pronominalização no Português*. Luanda: Editor Arlindo Isabel, 2014.

NDOMBELE, Eduardo David. Gestão de multilinguismo em Angola: reflexão sobre o ensino de línguas angolanas de origem bantu na província do Uíge. *Verbum: Cadernos de Pós-Graduação*. Vol.6, n.1., p. 33-44, jan.2017.

NETO, Muamba Garcia. *Aproximação linguística e experiência comunicacional*. Luanda: Editora Mayamba, 2012.

NGULA, Amadeu. *A escolarização em África*. Roma: Edizioni Viverein, 2005.

NIANE, Djibril Tamsir (Org.). *História geral da África*: África do século XII ao XVI. vol.4. 2.ed.rev. Brasília: UNESCO, 2010.

PALMA, Dieli Vesaro; TURAZZA, Jeni Silva. Educação linguística: reinterpretação do ensino-aprendizagem por novas práticas pedagógicas. PALMA, Dieli Vesaro; TURAZZA, Jeni Silva. (Org.). *Educação linguística e o ensino de língua portuguesa*: algumas questões fundamentais. São Paulo: Terracota, 2014. p. 23-61.

PEREIRA, Cátia Luciana; FRANCO, Maria Ignez S. De. M. Nova concepção do professor na perspectiva da educação linguística: formação inicial e transposição didática. In: PALMA, Dieli Vesaro; TURAZZA, Jeni Silva. (Org.). *Educação linguística e o ensino de língua portuguesa*: algumas questões fundamentais. São Paulo: Terracota, 2014. p. 99-120.

PIMENTEL, Edno. Um cubico sem aspas. In: *Ciberdúvidas da Língua Portuguesa*. 10 jul. 2015 Disponível em: <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/artigos/rubricas/idioma/um-cubico-sem-aspas/3199> [consultado em 26-04-2020]”

QUIVUNA, Manuel. *O Ensino de português em contexto bilingue/Plurilingue Angolano-Sete Estudos*. Lisboa: Edições Colibri, 2014.

SELBACH, Simone. *Língua portuguesa e didática*. Petrópolis: Vozes, 2013.

SIMOES, Darcília Simões. *Considerações sobre a fala e a escrita*: fonologia em nova chave. São Paulo: Parábola, 2006.

TIMBANE, Alexandre António; REZENDE, Meire Cristina Mendonça. A língua como instrumento opressor e libertador no contexto lusófono: o caso do Brasil e de Moçambique. *Travessias*. Vol. 10, nº3, 28.ed., p. 338-408, 2016.

_____; VICENTE, José Gil. O plurilinguismo em Moçambique: debates e caminhos para uma educação linguística inovadora. RILP - *Revista Internacional em Língua Portuguesa*, nº31, p. 91-112, 2017.

_____; SANTANA, Yuran Fernandes Domingos; AFONSO, Euclides Victorino Silva. A cultura hip-hop e os angolanismos léxico-semânticos em Yannick Afroman: a língua e a cultura em debate. *Afluente*, UFMA/Campus III, v.4, n.12, p. 104-128, mai./ago. 2019.

_____; FERREIRA, Líliliana Bispo. A família, a escola e o aluno: quem ensina o que e para quê? in: JORGE, Wellington Junior (Org.). *Abordagens teóricas e reflexões sobre a educação presencial a distância e corporativa*. Maringá: Uniedusul, 2019. p. 198-214.

Recebido em: 30/04/2020.

Aprovado em: 03/06/2020.